



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO

Marcos Roberto Inhauser

Fomos brindados na semana passada com a informação de que o Le Cirque estava usando o espaço público e cobrando pelo estacionamento. Não bastassem as acusações feitas e até agora não esclarecidas, o atropelo da lei em ceder espaço público para lucro privado, percebe-se que a prática da privatização do espaço público é prática useira e vezeira no município.

Quem quiser comprovar esta afirmação, passeie pelo Cambuí à noite e se deparará com a enormidade de cubos de borracha bloqueando estacionamento para não clientes dos bares e restaurantes; vá ao Largo Carlos Gomes e se defrontará com a praça tomada de mesas e cadeiras dos bares que ali existem; vá ao Giovanetti no Largo do Rosário à noite e terá que passar pela rua se quiser passar em frente, visto que a calçada está tomada de cadeiras. O mesmo acontece no Restaurante do Rosário e no Faca Bar, para citar os mais conhecidos. Isto sem contar os prédios e comércio que pintam de faixa amarela a sarjeta para evitar que se estacione em frente a eles.

O problema não reside só na cidade. Em Souzas e Joaquim Egídio a coisa chega ao paroxismo. A pesquisadora Ana Maria “buscou subsídios para embasar sua dissertação de mestrado. Durante os anos de 2008 e 2009, a pesquisadora percorreu os dois distritos e colheu depoimentos de moradores, empreendedores e visitantes.

Ela detectou que 83% do turismo local referem-se à forma privada. As visitas a fazendas e cachoeiras são pagas ou localizadas dentro das áreas de estabelecimentos comerciais. Apenas 17% são praças públicas e áreas destinadas ao lazer para a população em geral. Ana Maria explica que o fenômeno sempre chamou sua atenção”.

“Nasci em Campinas e lembro perfeitamente quando os distritos eram áreas rurais com muitas fazendas e terras. A partir da década de 70, a especulação imobiliária teve início, acirrando-se no começo de 90 com os apelos ambientais e a associação da natureza à qualidade de vida”. “Com a transformação de boa parte da região em Área de Proteção Ambiental (APA), em 2001, a necessidade criada pelo mercado de aproximar o cidadão das áreas verdes continuou em processo de crescimento, enquanto o esperado era que se mantivessem e estabelecessem limites para a preservação do meio ambiente, permitindo somente o uso sustentável da região. Ao contrário, as áreas verdes passaram a ter status de mercadorias caras, que, na opinião da pesquisadora, não mais permitem que os cidadãos simplesmente as habitem e nelas se divirtam livremente”.

“O reordenamento deste território pelo turismo, lazer e especulação imobiliária nos faz pensar que o local onde os distritos localizam-se está sendo encarado como Área de Proteção do Capital”, ironiza.

Em 2009, segundo pesquisa, o número de habitantes passava dos 20 mil e o número de estabelecimentos comerciais chegava a 250. Além disso, até 2008, ainda existiam 16 loteamentos fechados aprovados em Souzas e 6 em Joaquim Egídio. Em todos os casos, as paisagens naturais se mostram moldadas para o consumo, considerando que a APA possui 223 quilômetros quadrados.

Caracterizado pelo turismo gastronômico, rural e ecoturismo, que tem como público classes mais abastadas, a privatização e segregação social ocorrem na região. Ruas tomadas cadeiras, mesas e caixotes, desrespeito à sinalização de trânsito e gente urinando na porta da igreja ou jogando lixo em qualquer parte, fazem o cotidiano destes dois distritos.

O público se privatizou.

Accesse também www.inhauser.com.br / www.pastoralia.com.br / www.igrejadairmandade.org.br